

MINISTÉRIO DA IRRIGAÇÃO

CODEVASF



Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

A
AGROINDÚSTRIA
E OS
AGRICULTORES

ELISEU ALVES

mbro de 1988

Presidente da República
JOSÉ SARNEY

Ministro da Irrigação
VICENTE CAVALCANTE FIALHO

Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CODEVASF — Presidente
ELISEU ROBERTO DE ANDRADE ALVES

MINISTÉRIO DA IRRIGAÇÃO

CODEVASF

Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

**A
AGROINDÚSTRIA
E OS
AGRICULTORES**

ELISEU ALVES

Presidente da CODEVASF

Brasília, dezembro de 1988

Índice

A agroindústria e os agricultores	5
PRIMEIRO TEMPO	
Desenvolvimento do capitalismo urbano. Enormes transferências de recursos do meio rural para a industrialização	7
SEGUNDO TEMPO	
Penetração do capitalismo moderno no campo. A expansão da agroindústria	13
O que fazer?	19
TERCEIRO TEMPO	
Fusão dos interesses da agroindústria e dos agricultores ...	23
Conclusões	25
Bibliografia	29

A Agroindústria e os Agricultores

Eliseu Alves*

Distinguimos três tempos no processo de industrialização brasileira em relação à agricultura: no **Primeiro Tempo** houve pesadas transferências de recursos do setor agrícola para a **urbis**. Coincide com o desenvolvimento do setor industrial, baseado em matéria-prima não produzida pela agricultura. Embora neste Tempo muitas indústrias fundamentadas na agricultura se desenvolvessem, como a da cana-de-açúcar.

O **Segundo Tempo** é o do desenvolvimento da agroindústria, predominantemente a partir da década de 70. O sistema capitalista completa o ciclo, penetrando definitivamente no campo.

O **Terceiro Tempo** está a caminho. O seu final não está distante. Coincide com uma agricultura cuja função empregadora é mínima. Os empregos são, principalmente, urbanos. E o papel principal da agricultura é o de produzir excedentes destinados às cidades e ao mercado externo. É o período em que a Sociedade transfere à agricultura recursos para estimular os agricultores a permanecerem no campo e a produzirem com produtividades crescentes.

Neste trabalho discutiremos, resumidamente, a industrialização, a agroindústria e as implicações sobre a agricultura.

* Presidente da CODEVASF.

É importante **reconhecer** que a industrialização trouxe enormes benefícios ao Brasil, em geral, e à agricultura, em particular. E ninguém pode negar a importância da agroindústria numa agricultura moderna.

Ao analisarmos aspectos negativos do processo de industrialização no que tange ao campo, não significa desconhecer seus enormes méritos, mas visa a acautelar os agricultores para que obtenham melhor barganha nos inevitáveis conflitos desta fase de penetração do capitalismo moderno no meio rural. Convém, também, salientar que os **três tempos** contêm muito de interpenetração. A divisão é para caracterizar aspectos proeminentes.

PRIMEIRO TEMPO

Desenvolvimento do capitalismo urbano. Enormes transferências de recursos do meio rural para a industrialização

A partir dos anos 30 e preponderantemente a partir da década de 50, o Brasil estava apto a acelerar o processo de industrialização. Eram evidentes as vantagens da industrialização, sendo maiores as taxas de retorno do capital investido na indústria e no setor de serviços, quando comparadas com as da agricultura.

Seria, então, natural a transferência de recursos para a industrialização. Mas ela não se deu, apenas, através de mecanismos de mercado. Houve forte interferência do Governo. Daí o termo **industrialização forçada**.

O caminho seguido pelo Governo foi, predominantemente, **administrativo** e, raramente, **via legislativo**. Ou seja, órgãos do Governo tomaram decisões na maioria dos casos à margem do Congresso Nacional, mesmo no período 1946/64, que forçaram a transferência de recursos da agricultura e captaram recursos no exterior.

Para elucidar o assunto, citaremos alguns dos instrumentos usados, sem aprofundar a análise. A literatura é vasta. Quem quiser conhecer mais leia **Oliveira** (1984) e **Alves** e **Pastore** (1978).

1. **Taxa de câmbio supervalorizada** — É um imposto contra a agricultura, principalmente a de exportação. Em muitos períodos a taxa de câmbio esteve supervalorizada até acima de 30%.

O exportador de produtos agrícolas era, então, diretamente taxado em pelo menos 30%. Os efeitos, como mostrou **Lopes** (1977), se estenderam sobre todo o setor agrícola. Reduziram a capacidade empregadora da agricultura, empobreceram principalmente os mais pobres e diminuíram o preço da terra e os salários dos trabalhadores.

2. **Confisco cambial** — A principal vítima tem sido o café. O confisco chegou a atingir até 50% da cotação externa do produto.

3. **Proibição de exportações** — Por não terem acesso ao mercado externo, os agricultores foram forçados — e ainda estão sendo — a vender seus produtos a preços inferiores, no mercado interno. O objetivo é beneficiar os consumidores brasileiros e, sobretudo, evitar pressão altista nos salários urbanos que, obviamente, ajuda a estabilizar, ou mesmo aumentar, os lucros da indústria. As principais vítimas são o arroz, o milho, o leite e as carnes. As evidências indicam que este tipo de política nos tem ajudado a perder mercado externo e prejudica os consumidores. O caso do milho é bem documentado e mostra como foram nefastas aos interesses nacionais as proibições de exportações, beneficiando os países competidores. (**Thompson**, 1968). As proibições de exportações não permitiram aos agricultores obterem vantagens nos períodos favoráveis, quando as safras foram pequenas.

4. **Tabelamentos** — Têm sido freqüentes nos casos do leite, do arroz, do feijão, da carne e de outros produtos da cesta básica de alimentação. A razão alegada é para beneficiar os trabalhadores urbanos. Mas o efeito de médio e longo prazos incide sobre a produção, levando os agricultores mais talentosos e de mais recursos a fugirem dos produtos tabelados. As principais vítimas são os pequenos produtores, que produzem para a subsistência e vendem os excedentes. E, no final, os próprios consumidores também são vítimas.

5. **Restrição e proibição de importação de insumos como fertilizantes, máquinas, equipamentos e agrotóxicos** — Os agricultores pagam preços mais elevados do que os do mercado externo. Favorece-se a indústria de insumos modernos e, portanto, a **urbis** onde ela se situa. Houve períodos em que se procurou

compensar os agricultores, mediante subsídios ao crédito. Mas uma minoria deles foi beneficiada. E, afinal de contas, a parte do leão dos subsídios voltou às mãos da indústria pertinente, que teve o seu mercado expandido e, em virtude das condições da oferta, a preços crescentes.

6. Proibições de exportações de matéria-prima da agroindústria — Elas garantem o fornecimento de matéria-prima à agroindústria a preços inferiores aos do mercado internacional, com fortes danos aos produtores. Exemplos notórios: soja, algodão, milho e carne. Ao lado das proibições de exportações ocorrem importações, que produzem oscilações dos preços muito desfavoráveis aos agricultores. Exemplos recentes: importações de milho e arroz. Razão delas: beneficiar os consumidores urbanos. Perdedores: principalmente os pequenos produtores que se dedicam a esses produtos.

7. Inflação — É sabido que a inflação é um imposto perverso. Recai mais sobre aqueles que vivem de salários e de rendas fixas, não devidamente indexadas, e sobre os que dispõem de menos informações e de menor poder de barganha, como é o caso dos agricultores, especialmente os trabalhadores rurais e os pequenos produtores. Transfere recursos dos menos informados para os mais informados.

A inflação esteve fortemente associada com o processo de industrialização. Conseqüência da forma como os investimentos foram financiados, pelas emissões de dinheiro, acúmulo das dívidas interna e externa. As emissões foram fonte de receita para o Governo até o ponto em que cada cruzado emitido não gerasse aumento de despesas, via inflação, superior a um cruzado. O crescimento da dívida interna gera pressões sobre as taxas de juros e também chega a um ponto em que o Governo toma dinheiro apenas para rolar a dívida, não gerando recursos líquidos.

De 1946 até o ano corrente a agricultura foi afetada de forma diferente pela inflação. Nas décadas de 50 e 60 muito mais fortemente, quando a maioria dos agricultores desconhecia o significado da inflação e não sabia proteger seus haveres. Com a introdução da indexação, a agricultura ficou de fora até recentemente, quando ela passou a incidir sobre os preços-mínimos. É

verdade que houve compensação no período em que o crédito rural não esteve otimizizado. Mas, quando as taxas de inflação cresceram, o crédito rural foi fortemente racionado. Atualmente, a agricultura paga alto preço pela inflação. Os preços dos produtos agrícolas não sobem na mesma proporção dos ajustes da OTN. (A relação de troca é altamente desfavorável à agricultura).

Isto implica em que os agricultores estão pagando taxas de juros reais muito elevadas. No caso da indústria e dos setores de serviços, pelas formas imperfeitas de organização de mercado, os custos financeiros são repassados aos consumidores. Mas, com exaustão do poder de compra dos consumidores, os reflexos se fazem sentir, via depressão.

O estudo de **Oliveira** (1984) cobriu o período 1950-1974. Descontou das transferências do setor rural para os setores urbanos os benefícios recebidos pela agricultura. Tratam-se de transferências líquidas. A partir de 1956, as transferências começaram a crescer. Ficaram acima de 34%, na década de 60. Nesta década, houve vários anos em que a transferência ficou acima de 37%, atingindo o máximo de 48%, em 1964. Na década de 1970 (1970-1974), variou de 29,4% a 39,2%. Parte substancial da renda agrícola foi, portanto, transferida para a **urbis**, para financiar a industrialização.

A agricultura foi fortemente discriminada. O País urbanizou-se. Temos, hoje, 74% da população já urbanizada. A escola, os planos de saúde e habitação, melhores salários e condições de emprego, enfim, as luzes da cidade criaram um poderoso **sifão**, que está atraindo a população rural; e o Brasil caminha, rapidamente, para o índice de 80% de urbanização, que é o dos Estados Unidos de hoje. O emprego rural também caiu rapidamente e a queda deverá acelerar-se com o advento da nova Constituição, que está trazendo importantes conquistas para os trabalhadores rurais — mas para os que retiverem o emprego rural.

Na década de 70, a população rural já caiu em números absolutos e a queda permanece na presente década e se acelera (**Alves**, 1987). As implicações são profundas. A mecanização completará o ciclo. A conquista da fronteira agrícola — agora na Região Amazônica — só será possível pela agricultura moderna,

com máquinas e equipamentos. Enfim, caminhamos para uma agricultura que empregará pouco e cuja função principal é a de produzir excedentes para as cidades. Nesta caminhada acelerada rumo à modernização, grupos numerosos estão ficando à margem: os pequenos produtores, que não são capazes de se modernizar e os de regiões climaticamente desfavorecidas, como o Nordeste. Quem quiser aprofundar a discussão veja Alves (1987).

Durante o Primeiro Tempo formaram-se as grandes empresas estatais, que desempenharam papel importante na industrialização brasileira, como são os casos da Petrobrás, Vale do Rio Doce, Eletrobrás (e seu Sistema), Telebrás (e seu Sistema) e Siderbrás. Acrescem-se os complexos financeiros estatais, Banco do Brasil, BNDES, etc.

A formação de preços é fortemente influenciada pelo Governo. Os preços mais importantes da economia são administrados, ou seja, estabelecidos por departamentos do Governo. Aí estão os preços da energia nas várias formas, da telefonia, do aço, etc. A agricultura leva desvantagens, por ser um setor competitivo e não ter como repassar os custos. Vê-se que muitos produtos começam a ter os seus preços administrados, na medida em que a agroindústria penetra no setor: leite e carnes são alguns exemplos.

SEGUNDO TEMPO

Penetração do capitalismo moderno nos campos. A expansão da agroindústria

Há agroindústrias que recuam ao tempo do Brasil-Colônia, como é o caso da cana-de-açúcar. Mas as transformações profundas são da década de 60, especialmente de 70 para cá. Mesmo as agroindústrias mais antigas se modernizaram e os agricultores perderam o controle acionário sobre elas. O capital urbano e multinacional passou a dominá-las.

Completado o ciclo urbano do capitalismo, ele começou a avançar sobre o meio rural, através da agroindústria. As fontes de recursos têm sido externas, via empréstimos, investimentos de multinacionais; e internas, captadas dos setores urbanos e ainda do meio rural, sobretudo mediante proibições de exportações para garantir matéria-prima barata, proibições de importações, no caso de insumos modernos, como fertilizantes, máquinas e equipamentos.

Na década de 70, o crédito rural subsidiado foi instrumento importante para expandir a demanda de insumos modernos e parte maior do valor dos subsídios voltou para os cofres da indústria de insumos modernos, em virtude de ela ter sido capaz de elevar os preços de seus produtos, por causa da organização do setor em poucas firmas.

O Brasil dispõe de avançada agroindústria. Na parte de processamento de alimentos, o milho, as oleaginosas, as carnes, leite,

frutas — a indústria de sucos, trigo, arroz — são exemplos de produtos em que a agroindústria tem capacidade de processar toda a produção nacional. Ela se desenvolve na direção dos produtos hortícolas, sendo o avanço mais recente o da agroindústria do tomate.

Na parte de insumos modernos somos praticamente auto-suficientes em fertilizantes, sais minerais, rações e agrotóxicos, embora muitos dos princípios ativos sejam, ainda, importados. Em sementes, o desenvolvimento maior é o do milho e hortaliças. À falta de uma lei de patentes, no caso das cultivares, é predominante a presença do setor público, pelo menos na fase de material genético e básico. A parte terminal do processo, quando a semente é vendida aos agricultores, é realizada pela iniciativa particular, por numerosas firmas.

Foi muito importante para a expansão da agroindústria o desenvolvimento da pesquisa agrícola, tanto nas universidades como no sistema EMBRAPA. Foram notáveis os investimentos feitos a partir do início da década de 70, que dotaram o Brasil de moderno sistema de pesquisa (Alves e Contini, 1987). A Extensão pública teve papel fundamental nas décadas de 60 e 70, na difusão dos resultados da pesquisa e na modernização da agricultura. A partir dos anos 80, realçou-se o papel da Extensão Rural de natureza particular; a pública está entrando em crise, sofrendo da falta de apoio crescente dos governos estaduais (Alves, 1987).

As características da agroindústria são, basicamente, as seguintes:

1) Por setor (produto ou grupo de produtos) poucas firmas dominam o mercado (mais de 50% das vendas ou compras de matéria-prima); no máximo, três ou quatro firmas.

2) As firmas, especialmente, evitam entrar em competição, ou seja, o território é dividido em áreas de influência.

3) O Governo é forte aliado na concentração industrial. De um lado, cria regulamento de natureza sanitária, que exige investimentos que as firmas pequenas não podem realizar. É assim que a pequena indústria de queijos está sendo eliminada e, da

mesma forma, os pequenos abatedores, além de outros setores. O Governo é, ainda, a favor da concentração industrial, por ser muito maior a sonegação fiscal entre as pequenas firmas. Do outro lado, as linhas de crédito favoreceram os grandes empreendimentos, bem como as isenções fiscais e outras facilidades que foram criadas, sempre **administradas** por departamentos do Governo. Finalmente, a administração de preços, facilidades (ou proibições) de exportações e importações têm sido instrumentos importantes, com a mesma finalidade.

4) Nos casos em que há a integração vertical, como na indústria de aves e suínos, a formação de preços só se dá quando o produto é vendido aos consumidores. Os produtores recebem um resíduo, depois de abatidos os custos e a margem de lucro estabelecida pela indústria. Este é o esquema que mais liberdade corta dos produtos, embora procure reduzir os riscos do mercado. Bem analisado, **os produtores são empregados da indústria que os integrou, mas sem as garantias trabalhistas...**

5) Há os casos em que a agroindústria está no exterior ou, principalmente, no exterior. Café e cacau são os casos principais. Aparecem, então, os exportadores. São poucos. Dispõem de facilidades creditícias substanciais e, quase sempre, protegidos pelo Governo; têm a capacidade de realizar lucros especulativos enormes, deprimindo os preços a nível de agricultores. Na realidade, são compradores da agroindústria, só que ela não está localizada no território nacional. Mas eles existem também para as aqui situadas.

6) Outro fenômeno da década de 70 para cá foi a agroindustrialização das cooperativas. A idéia é que isto aumentaria o poder de barganha dos produtores, pelo menos dos associados. É possível que tenha ocorrido. Mas as cooperativas raciocinam muito mais como agroindústria. Participam da divisão territorial, evitando competir com os gigantes do ramo. Entretanto, podem constituir-se num instrumento que ajude os agricultores a obterem melhor barganha com a agroindústria.

7) Na medida em que a agroindústria domina um setor há interesses para que o Governo **administre os preços** ou, então, os controle. O processo vigente é o **administrativo**, realizado por departamentos do Governo. Proibições de exportações, impor-

tações quando há falta de matéria-prima e proibições de importações, no caso de insumos, fazem parte do arsenal do Governo, em aliança com a agroindústria, em nome de proteger os consumidores brasileiros, mas às custas dos agricultores. A fixação do VBC tem muito a ver com os interesses da indústria dos insumos modernos. A fixação dos preços-mínimos, na teoria, visa a proteger os produtores. Na prática não tem sido assim. Quando da comercialização da safra, freqüentemente faltam os recursos para aquisição ou empréstimo (AGF e EGF) e os produtores são forçados a vender a preços muito inferiores aos fixados, mormente quando a safra é abundante. Os freqüentes anúncios de super safras contribuem para deprimir os preços a nível de produtores. A agroindústria é ainda ajudada quando realiza aquisições favorecidas dos estoques do Governo, ficando os prejuízos à conta da Sociedade. A venda favorecida de estoques governamentais no curso da safra contribui para reduzir os preços a nível de produtores, quando em conjunção com a escassez de créditos para comercialização, que é a regra e não a exceção. As perdas dos produtores não são simétricas. Os pequenos são os grandes perdedores, porque têm muito menos acesso aos benefícios da política agrícola.

8) Há uma gama enorme de produtos não processados que chega aos consumidores sem passar pelos esquemas da agroindústria. Entre eles estão frutas, verduras, feijão; produtos processados pelos agricultores, como farinhas, cachaça, etc. A partir dos anos 60 desenvolveu-se o Sistema de Centrais de Abastecimento — equipamentos que recebem a produção dos produtores e a comercializa nos supermercados, com feirantes e outros estabelecimentos que vendem aos consumidores. Esses equipamentos foram, por grupo de produtos, dominados por poucos atacadistas que têm enorme poder de impor os preços que lhes interessam, principalmente no caso dos perecíveis. **Novamente facilitados pelo Governo**, são poucos a comprarem de milhares de agricultores. Na medida em que se desenvolve a telefonia rural e o sistema de comunicação, as centrais de abastecimento passarão a enfrentar a competição dos supermercados, cadeias de pequenas lojas e outros, que farão contratos diretos com os agricultores, melhorando-lhes o poder competitivo.

A expansão da agroindústria coincidiu com a modernização da agricultura brasileira e a estimulou. Os ganhos de produtivi-

dade da terra e do trabalho têm sido substanciais (Alves e Contini, 1987). Conforme Guilherme Dias (1988), nos últimos dez anos o aumento da produção é quase que exclusivamente em consequência do incremento da produtividade da terra. A expansão da fronteira agrícola perdeu o papel que teve até o início dos anos 70. Contudo, a modernização caminhou, preponderantemente, no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste. O Nordeste está ficando à margem do processo, bem como milhões de pequenos produtores que não têm tido condições de aprimorar os métodos de produção, principalmente em consequência do baixíssimo nível de instrução e de uma política agrícola que os discrimina (Alves, 1987). Os trabalhadores rurais pagam o preço maior. E por isto eles e os pequenos produtores estão deixando a paisagem rural, agravando os problemas urbanos.

Esse grupo constitui os últimos retirantes das batalhas finais da modernização do sistema produtivo brasileiro. Recentemente, o Governo criou o programa de irrigação que procura beneficiá-los. A reforma agrária tem objetivo semelhante, embora necessite de ser urgentemente despolitizada e baseada nas organizações de pequenos produtores para viabilizá-la.

A política agrícola contém instrumentos favoráveis aos pequenos produtores. Contudo, a política discriminatória contra a agricultura e a concentração de poder, observada em décadas recentes na agroindústria, nas CEASAS e nos exportadores têm capacidade de anular os benefícios embutidos na política governamental.

Há três caminhos para os pequenos: **modernizarem-se** (muitos estão conseguindo isto, mormente no Centro-Sul), **migrarem para as cidades** (que é o destino da maioria deles) e **se retirarem para a agricultura de subsistência** (sem acesso à escola e aos programas de saúde para a família).

Uma vida difícil! Pelo menos, sem ser empregado de ninguém.

Os movimentos ruralistas precisam interessar-se por esse grupo, obter seu apoio e ajudá-lo. É a forma de descaracterizar o extremo conservadorismo com que esses movimentos apresentam-se à Sociedade urbana que, por isto, os rejeita.

A prosperidade dos que se modernizaram, ao lado da miséria de milhões, não pode fazer nem o meio rural feliz e nem o Brasil uma nação digna da grandeza que conquistou!

O que fazer?

A forma como foi pintado o quadro acima pode dar a impressão de que existe uma conspiração de poucos contra os agricultores, especialmente contra os agricultores mais pobres.

Os fatos narrados estão na lógica do capitalismo. Ocorreram nos Estados Unidos, no Canadá, na Europa Ocidental e no Japão. Os países socialistas caminham na mesma direção e neles se notam fortes insatisfações dos agricultores.

Ninguém vai recomendar, loucamente, a destruição da agroindústria, dos exportadores e das CEASAS.

São muito importantes para a agricultura. O outro lado da medalha — os agricultores — precisa organizar-se para obter melhor barganha.

Vejamos alguns pontos importantes:

1) **Lideranças** — Os agricultores precisam ter cuidados na escolha de seus líderes e mantê-los sobre observância constante. Há forte tendência de se aliarem à agroindústria e aos exportadores, em detrimento dos interesses da classe rural. Nos recentes acordos com a Argentina, para favorecer a nossa indústria, comprometendo-se o Governo a importar produtos agrícolas, o silêncio foi geral. Não desejo significar que o acordo não

favorecesse ao Brasil. Só não entendo o silêncio da classe rural. Perdeu-se boa oportunidade de melhorar a barganha.

2) Cada produto ou grupo de produtos enfrenta problemas com a agroindústria e com exportadores pertinentes. É necessário os produtores organizarem-se para que negociem fortalecidos como grupo, buscando um contrato de venda válido para todos. As organizações dos agricultores — sejam elas formais, sejam informais, da linha das federações ou não — precisam ajudar cada grupo a se organizar e a solucionar conflitos que porventura existam entre grupos de agricultores que produzem produtos diferentes: pecuaristas e cafeicultores, estes e sojicultores, etc.

3) Precisam ser eliminados os **processos administrativos** e substituídos por **legislativos**. Naqueles, o número de pessoas do Governo é muito menor, o que facilita inclusive a corrupção, além de as decisões não serem transparentes. Nestes, o número de pessoas envolvidas é muito maior e culmina no Congresso Nacional. Pela sua natureza, as decisões são muito mais transparentes. **Mauro Lopes** (1988) tem uma proposta de uma lei agrícola que serve para dar início às discussões.

4) É preciso esclarecer aos agricultores sobre os conflitos que têm com a agroindústria, com as CEASAS e os exportadores, bem como sobre os pontos de interesse comum.

Eis alguns exemplos que precisam ser melhor conhecidos e debatidos:

- exportação de soja em grão versus interesses da agroindústria;
- frigoríficos e os pecuaristas;
- indústria de algodão e os produtores de algodão;
- exportadores de café e de cacau versus produtores;
- indústria de suco de laranja e produtores de laranja;
- produtores de hortaliças e frutas **in natura** e os interesses concentrados nas CEASAS;
- interesses exportadores da indústria em geral versus importação de produtos agrícolas, principalmente importação de excedentes de países que subsidiam pesadamente a sua agricultura;

- interesses da agricultura e a política macro-econômica do Governo. Este é o tema preferido das lideranças rurais, mas as discussões têm sido colocadas numa forma ingênua. A tendência é concentrar o fogo contra o Governo, esquecendo-se de que este responde a interesses de grupos, sejam eles consumidores, sejam industriais, sejam outros. A razão é fácil de se entender. Falar mal do ente abstrato que é o Governo é muito diferente do que entrar em conflito com interesses poderosos, que podem retaliar;
- conflitos de interesses entre produtores e consumidores.

5) As cooperativas são importante instrumento de proteção aos interesses dos agricultores. Os cooperativados, contudo, não têm fiscalizado e participado adequadamente da administração das cooperativas que, quando agroindustrializadas, pendem para os interesses da agroindústria em geral.

6) Os pequenos produtores não podem ficar à margem das organizações de produtores. Precisam ser incorporados ao movimento. Há enorme gama de interesses que são comuns entre organizações de produtores e de trabalhadores rurais. Por isto, elas precisam aprender a trabalhar em conjunto.

7) Seria de todo conveniente que fosse criado um Conselho que reunisse as várias organizações de produtores, de tal forma que as ações fossem mais coordenadas. Conforme o caso, uma ou mais delas seriam acionadas para resolver a questão. O Conselho seria, ainda, importante no que respeita à análise e à crítica das políticas macro-econômicas do Governo quanto ao impacto sobre a agricultura. Ajudar-se-ia a acompanhar os interesses da agricultura nos vários departamentos do Governo e no Congresso Nacional.

TERCEIRO TEMPO

Fusão dos interesses da agroindústria e dos agricultores

Esta fase se caracteriza por uma agricultura baseada nos seguintes pontos:

- a) A força de trabalho ativa no setor é pequena proporção do total do país; ou seja, a agricultura é altamente mecanizada. Em termos de localização da população, o Brasil já atingiu maturidade para tal, pois 74% de sua população estão urbanizados. Contudo, a agricultura ainda mantém elevado índice de emprego, cerca de 26% da força de trabalho. Nos países avançados a taxa de emprego da agricultura é inferior a 6%.
- b) O papel fundamental da agricultura é produzir excedentes. O consumo do meio rural é muito pequeno. A produção visa ao mercado. Os agricultores são especializados; abastecem-se nas cidades, onde quase sempre residem.
- c) Em termos de valor adicionado, pequena proporção em relação ao preço final do produto ocorre até a porteira do agricultor. A maior parte do valor adicionado verifica-se pós-fazenda, nas diversas fases de processamento, armazenamento e transporte da produção.
- d) A agroindústria processa a maior parte da produção.
- e) É enorme o fluxo de informações entre os mercados de produtos, insumos e os agricultores. A ciência é a base da agricultura.

- f) Agricultores e agroindústria unem-se buscando obter suporte da Sociedade, que tende a subsidiar pesadamente a agricultura. Subsídios visam a compensar os agricultores pelo fato de que os ganhos tecnológicos da agricultura, que têm sido enormes, beneficiaram quase que exclusivamente o meio urbano. Contudo, a grande parte dos subsídios fica com a agroindústria. Na recente crise da agricultura americana, conseqüência de taxas elevadas de juros e de superprodução, as dificuldades foram quase que exclusivamente suportadas pelos agricultores. A agroindústria pouco sofreu com ela. Isto demonstra que o sistema agroindustrial é capaz de se defender da crise e pouco protege os agricultores.
- g) Os agricultores, por serem pouco numerosos e bem organizados, sabem resolver os conflitos com a agroindústria, embora o papel de árbitro do Governo seja fundamental. Contudo, os processos são **muito mais legislativos do que administrativos.**

O Brasil já caminha no Terceiro Tempo. Contudo, de forma muito assimétrica. O processo concentra-se nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Pouco ocorre no Nordeste e no Norte.

Há produtos à margem do processo: em parte o arroz, feijão, mandioca e muitas hortaliças e frutas. Os pequenos produtores, principalmente os do Nordeste, praticam agricultura próxima à de subsistência. Há setores já dominados pela agroindústria e outros totalmente fora dela.

A forma de relacionamento com o Governo é, como se viu, primitiva, mediante processos administrativos. E as organizações dos produtores não compreenderam, ainda, o seu papel como intermediadoras de melhor barganha para os agricultores nos conflitos com a agroindústria, as CEASAS, os exportadores e o Governo. Não enxergam que as taxações indiretas, como as mencionadas no Primeiro Tempo, confiscam substanciais recursos da agricultura. Embora inconscientemente, estão mais próximos dos interesses da agroindústria e dos exportadores.

A despeito de tudo, estamos percorrendo o Terceiro Tempo, embora ainda predominantemente localizados no Segundo Tem-

po. Estamos, portanto, numa fase de transição que confunde as mentes e os raciocínios. É importante ver e, portanto, manter os olhos abertos.

E diz o Senhor: “Como pode um cego guiar a outro cego”.

Conclusões

Uma agricultura moderna tem na agroindústria base importante. Aliás, a maior parte do processo produtivo ocorre depois da porteira do agricultor.

A tecnologia da agroindústria reduz os desperdícios que existiriam caso a produção não fosse processada. E faz chegar aos consumidores produtos compatíveis com as exigências da vida moderna, em que marido, mulher e filhos têm pouco tempo para preparar alimentos, no lar.

Emprega, do lado do processamento, tecnologia que **poupa produto**, ou seja, que elimina os desperdícios que ocorreriam entre a porteira da fazenda e o consumidor.

Do lado da indústria de insumos modernos, a sua localização no território brasileiro é importante: não só para criar empregos mas, sobretudo, para produzir insumos que se ajustem à realidade brasileira, além de economizar divisas para o País.

Contudo, a agroindústria concentrou enormes poderes nas mãos de poucas firmas, quando se consideram produtos e localização espacial. O ponto principal do trabalho é que para enfrentar estes poderes os agricultores precisam organizar-se.

É parte importante da estratégia substituir os processos administrativos de decisão do Governo, por processos legislativos.

Foram os processos administrativos que permitiram enormes transferências de recursos da agricultura, através de taxações implícitas, não havendo os agricultores se apercebido da capacidade que têm de discriminar a agricultura.

O trabalho indica que a agricultura precisa ficar atenta para as implicações macro-econômicas das políticas do Governo sobre a agricultura.

Finalmente, a análise indicou que a modernização da agricultura brasileira está deixando os pequenos produtores numa situação difícil; e eles precisam ser parte das organizações de produtores que existem ou estão emergindo e por elas serem ajudados, a fim de poderem beneficiar-se do progresso.

Bibliografia

ALVES, Eliseu R.A. e PASTORE, Affonso Celso. "Import Substitution and Implicit Taxation of Agriculture in Brazil". **American Journal of Agricultural Economics**, vol. 60, número 5, dezembro de 1974, p. 865-71.

_____ e CONTINI, Elisio. "A Modernização da Agricultura Brasileira", EMBRAPA, 1987.

_____ "**Pobreza Rural no Brasil**", número 4, CODEVASF, 1987.

DIAS, Guilherme. "The Role of Agriculture in the Structural Adjustment Process of Brazil". FIPE, USP, 1988.

LOPES, Mauro R. "The Mobilization of Resources from Agriculture: A Policy Analysis for Brazil". Tese de Doutorado, Purdue University, 1977.

_____ "Proposta de Lei Agrícola: Versão Preliminar". Brasília, CFP. 1988.

OLIVEIRA, João do Carmo. "Transferência de Recurso da Agricultura no Brasil: 1950-74". **Pesquisa e Planejamento Econômico** 14(3) 773-822, 1984.

THOMPSON R.L. "The Impact of Brazil's exchange rate policy and the restrictive policies on its exports of corn". Purdue University. Tese de Mestrado, 1968.